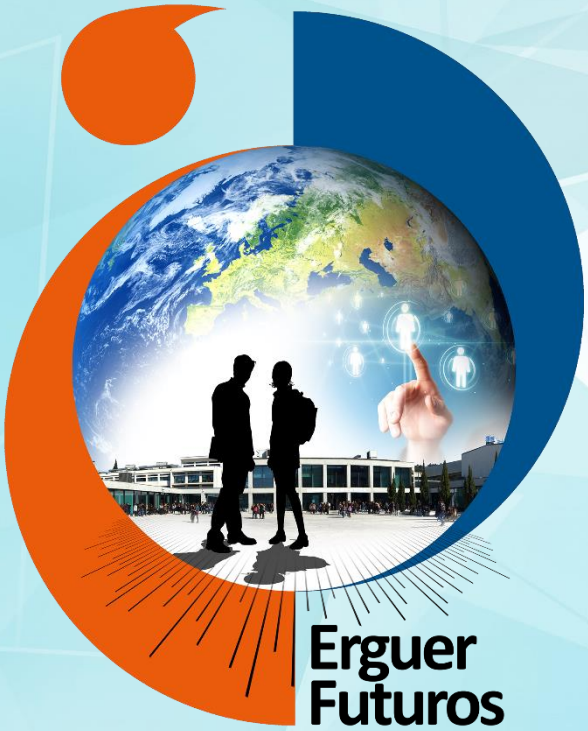
Plano de **Inovação**

Ano Letivo 2021-22



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

ÍNDICE

I IDENTIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO| CARACTERIZAÇÃO 3

II CONCEÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO 4

1. INTRODUÇÃO | CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCATIVA 4

1.1. Diagnóstico 5

2. ÁREAS DE INOVAÇÃO| INTENCIONALIDADE DAS MEDIDAS 8

2.1. **EIXO 1: Implementação de um Percurso Curricular Alternativo 9.º ANO** 8

2.1.1. Caracterização do Grupo de Alunos 9

2.1.2. Potencialidades| Dificuldades Evidenciadas pelo Grupo de Alunos 9

2.1.3. Alterações aos Planos Curriculares Vigentes| Matriz Curricular do 9.º ano 10

2.1.4. Objetivos | Finalidades 12

2.1.5. Considerações Finais e Avaliação do PCA 12

2.2. **EIXO 2: Criação de novas disciplinas** 13

2.2.1. Laboratório de Ciências Sociais e Humana 14

2.2.2. Laboratório de Ciência Viva 15

2.2.3. Laboratório de Artes e Multimédia 15

2.2.4. Laboratório de Comunicação e Expressão 16

2.3. **EIXO 3: Reorganização do Calendário Escolar| Semestralidade** 16

2.3.1. Fundamentação 16

2.3.2. Calendário da Semestralidade |Momentos de Reporte de Avaliação 17

2.4. Processos de Envolvimento |Participação na Discussão e Tomada de Decisão 20

3. SUSTENTABILIDADE SOCIAL: DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA – DIDÁTICA |PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO. 21

3.1. Domínio de Práticas Pedagógico-Didáticas |Metodologias de Ensino Aprendizagem 21

3.2. Domínio de Avaliação das Aprendizagens 23

3.3. Domínio Organizacional 24

4. PLANO DE FORMAÇÃO 26

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO 27

5.1. Metas Gerais 27

5.2. Monitorização 28

5.3. Avaliação 28

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

III. PARECER FINAL E APROVAÇÃO 31

IV. ANEXO 33

I. IDENTIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO | CARACTERIZAÇÃO

Agrupamento de Escolas de Pombal - Código: 161615
Morada: Rua Dr. António Fortunato Rocha Quaresma, 3100-484 Pombal
Contactos: Tel.: 236 212 169;
Correio eletrónico: geral@aepombal.edu.pt
Página WEB: https://www.aepombal.edu.pt/

Diretor: Fernando Augusto Quaresma Mota

BREVE CARACTERIZAÇÃO

O Agrupamento de Escolas de Pombal (AEP) é constituído por 17 edifícios escolares (1 escola com Ensino Secundário, sede do agrupamento, 13 escolas de Ensino Básico, uma delas com 2.º e 3.º ciclo, e 3 Jardins de Infância).

No ano letivo 2020/2021, o AEP serve uma população escolar constituída por 2995 alunos, num total de 149 grupos/turmas, assim distribuídas:

	Pré-Escolar	1º CEB	2ºCEB	3ºCEB	Secundário			2020/2021
					CH	CP	EFA-NS	
N.º Alunos	368	748	370	616	621	235	37	**2995**
N.º Grupos / Turmas	21	42	17	27	27	14	1	**149**

Obs.: Foram considerados os alunos matriculados em dezembro de 2020.
Siglas: CEB – Ciclo do Ensino Básico; CH – Cursos Científico-Humanísticos; CP – Cursos do Ensino Profissional; EFA – Educação e Formação de Adultos de nível secundário.

Do número total de crianças/alunos que frequentam o AEP, 87 são de etnia cigana, 188 provêm de outras culturas, sendo 149 do Brasil, num total de 16 países.

No 2.º e 3.º ciclo, funciona, em cada ano de escolaridade, uma turma do ensino artístico especializado de música em regime articulado.

No ensino secundário, funcionam os cursos Científico – Humanísticos (CT, CSE, LH, AV) e cursos Profissionais - Áreas (Informática de Sistemas; Informática - Instalação e Gestão de Redes; Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Electrónica, Automação e Computadores; Restaurante-Bar; Análise Laboratorial; Desporto).

Ao nível dos recursos humanos, temos 265 professores, 6 técnicos superiores/especializados, 15 assistentes técnicos e 58 assistentes operacionais.

O pessoal docente, incluindo educadores, representa 79% do pessoal ao serviço do AEP, seguido pelos assistentes operacionais, com 15%, e dos assistentes técnicos, com 4%.
Nas instalações da escola sede, funciona o Centro Qualifica (CQ) que, para além do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), tem o curso Educação e Formação de Adultos (EFA), de nível secundário.

II. CONCEÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO[1]

1. INTRODUÇÃO | CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCATIVA

Para Andreas Schleicher (2018)[2], o projeto Educação 2030 busca *entendimentos comuns*, fornece aos países «*uma forma de olhar para fora; como um mapa: não diz onde deve ir, mas quais são as possibilidades*».

A matriz de Aprendizagem para 2030 dá base a um movimento global. Os Decretos-Lei n.º 54 e n.º 55, de 6 de julho de 2018, redimensionam o olhar sobre a Educação nos desígnios de uma escola inclusiva e de um perfil de competências em que se pretende que os alunos se desenvolvam para *o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida*. O Dec. Lei 55/2018, de 6 de julho, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, postulando "uma educação para todos" sob a égide do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)* - "referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas"[3]. Assim, confere às Escolas a autonomia e flexibilidade necessárias para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos.

É neste referencial que o AEP apresenta o seu Plano de Inovação (PI), ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, através do qual materializa os intentos do Projeto Educativo "Erguer Futuros", num processo em que a autonomia e flexibilidade curriculares são mobilizadas no domínio organizacional e no domínio de intervenção pedagógica-didáctica, com vista ao sucesso de todos os alunos. Este desígnio implica, como tal, um olhar próprio sobre um grupo de alunos com um perfil de aprendizagem que importa potenciar e para quem as respostas conferidas pelos Decretos-Lei n.º 54 e n.º 55, de 6 de julho de 2018, se revelam insuficientes, seja pela vulnerabilidade social que apresentam, seja pelo confronto com um percurso curricular pouco significativo, para quem precisa de estímulos concretos, específicos e intencionais, de respostas efetivas e impactantes, nas quais a Escola se afigure como o melhor caminho, porque esse caminho é o mais humano e gratificante "para se tornar parte do mundo*".*

Nesta linha, o AEP, como a sua matriz didática e pedagógica prova, caracteriza-se por uma reiterada preocupação em desencadear práticas onde a promoção do sucesso escolar é uma constante, consciente do contexto socioeconómico em que se insere. Por esta razão, o AEP, consciente do contexto socioeconómico em que se insere e das suas especificidades, aderiu desde 2013 ao Contrato de Autonomia das Escolas.
Não obstante todo o trabalho desenvolvido neste domínio, as potencialidades e desafios colocados pela chamada legislação da "Autonomia e Flexibilidade Curricular" desenharam um

[1] **O PI** é sustentado por um ***Diagnóstico*** que teve como base os seguintes relatórios:
- Relatório da atividade Gestão do Currículo: Ensino Experimental das Ciências, realizado pela IGEC em março de 2018, sobre o qual foi produzido um Plano de Melhoria, a aplicar a partir do ano letivo 2018/19.
- Relatório CAF Educação-2018, sobre o qual foi produzido um Plano de Melhoria, a aplicar a partir do ano letivo 2019/20.
- Relatório da Avaliação Externa das Escolas, avaliação realizada pela IGEC, em novembro de 2019.
- Relatório de Escola das provas de Aferição (REPA).
- Relatório Anual dos Resultados Escolares, 2019/2020.
- Projeto educativo 2020/2024, "Metas 2024".

[2] Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Habilidades da OCDE
[3] https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

feixe de possibilidades a que o AEP, num processo de reflexão-ação, não pode deixar de recorrer, com vista à promoção do sucesso de todos os alunos.

A Portaria n.º 181/2019 de 11 de junho, regulamentando o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e atento o previsto no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, define os termos e condições em que as escolas podem conceber e desenvolver planos de inovação, com respostas curriculares e pedagógicas específicas, visando o sucesso e a inclusão de todos os alunos.

Neste contexto, e para responder a fragilidades específicas evidenciadas por um grupo de alunos, para quem é indispensável mobilizar um Percurso Curricular Alternativo (PCA), propõe-se uma matriz curricular própria, ajustada ao respetivo perfil de aprendizagem dos alunos, que, não sendo redutora do futuro (prosseguimento de estudos), se considera motivadora, proficiente e inclusiva.

1.1. Diagnóstico

Com vista à operacionalização das oportunidades de melhoria plasmadas no processo de diagnóstico do Projeto Educativo, permitimo-nos destacar as que o PI, nesta primeira fase, pretende intervencionar através da proposta de mobilização de um PCA. Para esta intencionalidade contribuiu uma reflexão aturada sobre as desigualdades internas que o Infoescolas[4] revela, **seja nas provas finais de ciclo de 9.º ano, seja nas provas de aferição.** Assim, das oportunidades de melhoria consignadas no Projeto Educativo destacamos:

a. O estabelecimento de medidas que permitam aumentar a eficácia da ação educativa e a melhoria sustentada dos resultados escolares, aumentando gradualmente a taxa de conclusão do ensino básico (9.º ano);
b. O investimento na metodologia de projeto, nas atividades de caráter prático e experimental e na exploração das diferentes modalidades de avaliação, como recurso para o desenvolvimento de aprendizagens mais significativas;
c. O investimento na Leitura e Educação Literária, de modo a capacitar os alunos com estas competências;
d. O reforço do ensino experimental das ciências, promovendo a realização de trabalho prático de base laboratorial, experimental e de campo, visando a construção de uma cultura científica nas crianças/alunos;
e. A criação de ambientes educativos interculturais para a promoção e concretização dos valores humanistas constantes no perfil do aluno.

Coligimos neste diagnóstico uma análise aturada aos dados das seguintes fontes:

a. Infoescolas - resultados obtidos no ano letivo 2018/2019 - Provas Finais de 9.º ano: a percentagem de alunos do AEP que obteve positiva nestas provas, após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos, situa-se nos 47%. Três pontos percentuais abaixo da média nacional;

[4] -http://infoescolas.mec.pt/3Ciclo/

b. Provas de Aferição de 8.º ano – verificam-se desigualdades de resultados internos (distância média entre alunos[5]), nas Provas de Matemática (96%), de Ed. Visual (69%) e de Ed. Física (88%) em 2018 e nas Provas de Português (69%), História (58%) e Geografia (78%) em 2019;
c. Nos RIPA e REPA verificam-se acentuadas dificuldades na oralidade, na escrita, leitura e educação literária. Os alunos evidenciam dificuldades em organizar, representar e interpretar dados, reconhecer elementos numa história ou tão só localizar elementos num mapa. De uma forma geral, evidenciam dificuldades nos níveis de complexidade cognitiva mais baixos, reconhecer/ reproduzir o que compromete significativamente a capacidade de interpretar e aplicar. Também nestes relatórios a discrepância dos resultados entre alunos é notória;
d. No Plano de Melhoria aplicado desde o ano letivo 2018/19,[6] ressalta a valorização e implementação de atividades práticas motivando os alunos para a aprendizagem das Ciências;
e. Do Relatório CAF Educação-2018, na sua análise sumária dos resultados, destacamos, entre as questões que deverão ser alvo de análise interna e monitorização contínua, a "caraterização do desempenho escolar (resultados) e identificação das áreas curriculares com maior insucesso para implementação de estratégias mais eficazes."[7] ;
f. O relatório anual de resultados escolares 2019/2020 demonstra que a taxa de sucesso no 9.ºano está abaixo da média nacional, cerca de dois pontos percentuais (95,8% contra 97,7%);
g. As metas a atingir no ensino básico, 9.º ano, constantes no Projeto Educativo 2020/2024, almejam o valor ≥ 98,0%, contra os 95,8% atingidos em 2020, assumindo-se o compromisso de melhorar em 3% a taxa de conclusão no 9.ºano;
h. As metas assumidas no Projeto Educativo são transversais ao *Projeto de Intervenção do Diretor*, no qual se corrobora o compromisso de "Melhorar os Resultados Escolares", "desenvolver nos alunos capacidades e atitudes para a sua inserção na sociedade, criar espaços/ambientes propiciadoras de aprendizagens, a pensar no desenvolvimento das competências previstas no perfil do aluno para o século XXI."[8];
i. A meta estabelecida no Projeto Educativo, relativamente à taxa de transição a atingir nos alunos de 9.º ano integrados no Dec. Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, situa-se num valor igual ou superior a 93%, contra os 88,5% atingidos em 2020. Regista-se ainda que a taxa de transição a atingir nos alunos de origem emigrante, neste nível de ensino, em 2024 é igual ou superior a 90%, sendo o valor de referência atingido em 2020, 88,2%;
j. Da monitorização realizada pela EMAEI aos Projetos Curriculares de Turma (PCT) de 8.º e 9.º anos, registam-se como **potencialidades mais expressivas** a "Capacidade de criar e produzir" (62%), e as "Relações interpessoais" (69%). Todavia, não obstante o trabalho que tem sido desenvolvido através de uma abordagem multinível, verificam-se ainda um conjunto **fragilidades** que importa colmatar, nomeadamente: ao nível da "Expressão oral e escrita" (46%), da "Capacidade de questionar/problematizar/resolver" (62%), da "Cooperação e autonomia" (46%); da "Responsabilidade" (38%) e do interesse (61%).

[5] A distância entre os alunos é um indicador da dispersão de resultados, ou seja, mostra se os alunos da escola formam um grupo homogéneo ou um grupo heterogéneo, em termos de resultados. (fonte: Infoescolas)
[6] Produzido a partir do Relatório da atividade Gestão do Currículo: Ensino Experimental das Ciências, realizado pela IGEC em março de 2018
[7] Relatório CAF Educação -2018, pág. 26
[8] *Projeto de Intervenção do Diretor,* pág. 13 a 16

Por fim, o Relatório de Avaliação Externa de 2019-2020 considera que a ação do AEP está globalmente orientada para a consecução dos eixos constantes do Projeto Educativo e do Projeto de Intervenção do Diretor, corroborando que o AEP "tem um trabalho consolidado ao nível da promoção da equidade e da inclusão educativa." Porém, na esteira deste juízo avaliativo, o enfoque do AEP na melhoria dos resultados escolares do 3.º CEB, jamais poderia considerar residual a taxa de retenção de 3,8% neste ciclo.

O mesmo relatório enuncia, como áreas de melhoria, no item de *Prestação de Serviço Educativo,* "o aprofundamento dos processos em curso no âmbito da Gestão Curricular, pela possibilidade que abrem ao desenvolvimento de novas estratégias de Ensino-Aprendizagem*".*

Nesta linha de ação, para fazer face às oportunidades de melhoria identificadas, ao nível dos resultados e ao nível dos processos, considera-se ainda que a aposta na *Semestralidade* será fundamental para conscientizar a comunidade educativa, num processo interativo de cocriação e codesenvolvimento, envolvendo *múltiplos stakeholders* no eco de mudança que, inexoravelmente, os tempos exigem: mudança de **Paradigma Educacional.**

Face ao exposto, este PI é concebido na interseção de três elementos transversais à definição de inovação: o novo, o útil e o sucesso. ***As áreas de inovação*** são explanadas no ponto 2 e dimensionam-se em três eixos prioritários de intervenção, a saber:

- **Eixo 1**: **Implementação de um Percurso Curricular Alternativo (PCA) de 9.ºano**, no ano letivo de 2021/2022, ao abrigo do artigo 7.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho;
- **Eixo 2: Criação de novas disciplinas**, ao abrigo da alínea c) do ponto quatro do artigo 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho;
- **Eixo 3: Reorganização do Calendário Escolar| Semestralidade,** ao abrigo do ponto 5, do artigo 4.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

A consecução destes três eixos de intervenção é sustentada por uma cultura de escola na qual os projetos, as atividades e as medidas de apoio e de suporte estão significativamente[9] implicadas no sucesso dos eixos de intervenção, configurando, neste plano, uma abordagem basilar, "enquanto rede integradora", que orienta para as competências transversais operacionalizantes do PASEO[10], sustentadoras da intervenção pedagógica-didática e fomentadoras de sustentabilidade social, sinteticamente abordadas no ponto 3, sob o título ***Sustentabilidade social – da intervenção pedagógica-didática [11]|Programas e Projetos de intervenção.***
No ponto 4, será apresentado o Plano de Formação, enquanto ferramenta estratégica ao serviço do desenvolvimento do Projeto Educativo e do PI do AEP. No ponto 5[12], serão identificados os

[9] AUSUBEL, TAS

[10] *Perfil de Competências à saída da Escolaridade obrigatória.*

[11] " (…) As questões relacionadas com a sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade estão, de facto, no cerne do debate atual. À escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde alunos e alunas adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar, exige-se uma reconfiguração, a fim de responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas. (…), ***AEP, Estratégia de Educação para a Cidadania.***

[12] Equipa de acompanhamento e monitorização do Plano de Inovação (PI): Equipa de Avaliação Interna.

procedimentos que visam a monitorização e autoavaliação do PI, no cumprimento do Artigo 8.º da Portaria n.º181/2019, de 11 de junho.

2. ÁREAS DE INOVAÇÃO| INTENCIONALIDADE DAS MEDIDAS

2.1 Eixo 1: Implementação de um Percurso Curricular Alternativo (PCA) de 9.ºano

Conjugando o estipulado nos artigos 5.º, ponto 4, e 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, considera-se que a implementação de um PCA no AEP, enquanto, "oferta educativa e formativa", poderá ser uma resposta de sucesso para um grupo de alunos que frequentará, no ano letivo 2021/2022, o 9.º ano.

Esta medida pretende reforçar o compromisso do AEP com a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com vista à supressão da taxa de retenção no 9.º ano, dando resposta às fragilidades diagnosticadas no quadro de uma educação inclusiva, capaz de promover a igualdade de oportunidades, com vista à concretização das AE contribuindo desta forma para o desenvolvimento do *Perfil de Competências do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

A escola, como um espaço de relações interpessoais, de crescimento, desenvolvimento e de aprendizagem, tem a necessidade de diversificar e desenvolver alternativas, que visem promover o sucesso e evitar o abandono escolar. Consideramos importante criar processos de melhoria, dar continuidade aos já iniciados e introduzir novas estratégias e metodologias de trabalho. É fundamental alterar práticas pedagógicas enraizadas, continuar a promover a diferenciação pedagógica e as estratégias facilitadoras de inclusão.

Neste âmbito e de acordo com a lei vigente, compete à escola implementar medidas próprias de diversificação da oferta curricular, de modo a dar resposta ao elevado grau de heterogeneidade sociocultural, às diferentes motivações e interesses e à especificidade dos alunos. Há, pois, que pensar em alternativas de formação escolar diferenciadas, nomeadamente, percursos curriculares alternativos, que respondam de forma articulada e flexível, através da introdução de metodologias ativas, centradas no aluno, atribuindo-lhe um papel ativo e criando condições para a aquisição progressiva da autonomia pessoal, conforme consta na Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

Assim, a proposta de implementação de um PCA surge para:

a. Responder às necessidades específicas de cada aluno que o integra, assegurando o cumprimento da escolaridade obrigatória;
b. Combater o abandono escolar precoce;
c. Proporcionar experiências pedagógicas motivantes, aproximando-se dos interesses e do estilo de aprendizagem de cada um dos alunos que a integram;
d. Diversificar estratégias face a situações de dificuldades de aprendizagem, de baixa auto estima e de baixas expectativas escolares, proporcionando espaços conjuntos de aprendizagem diversificada;
e. Tornar o processo de aprendizagem mais individualizado;
f. Diminuir o insucesso escolar, indo ao encontro de um dos objetivos do Projeto Educativo;

g. Potenciar perfis de aprendizagem próprios, sem resposta adequada nas ofertas educativas existentes.

2.1.1 Caraterização do Grupo de Alunos

Esta medida pretende abranger:

a. Grupo de 8 /10 alunos provenientes das turmas dos 8.º e 9.º anos, com idades compreendidas entre os 13 e 15 anos, que apresentam um quadro de insucesso no currículo do ensino regular;
b. Alunos que têm demonstrado um registo de dificuldades, desinvestimento e um elevado número de negativas nas avaliações intermédias, o que nem sempre se traduz em retenção, por não ser a resposta pedagógica mais adequada;
c. Alunos que evidenciam baixas expetativas de sucesso, associado à desvalorização escolar;
d. Alunos em risco de marginalização, exclusão social e abandono escolar, que não possuem hábitos de frequência regular e que apresentam, pelo menos, uma retenção.

2.1.2 Potencialidades | Dificuldades Evidenciadas pelo Grupo de Alunos:

Potencialidades:

a. Revelam interesse pela área desportiva, artística e tecnológica;
b. Demonstram competências motoras, técnicas e digitais;
c. Valorizam o trabalho prático e laboratorial.

Dificuldades:

a. Dificuldades de aprendizagem que traduzem comprometimento no desenvolvimento de competências, sobretudo nas áreas de linguagens e textos (capacidades nucleares de compreensão e de expressão nas modalidades oral, escrita), raciocínio e resolução de problemas, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia;
b. Baixa autoestima e autoconfiança, bem como problemas afetivos e de comportamento;
c. Dificuldades em obter sucesso escolar cumprindo o currículo comum;
d. Baixas expetativas e desmotivação escolar;
e. Ausência de modelos para construção de um projeto de vida diferente do quadro socioeconómico de origem.

Regista-se ainda, que o AEP não possui outra oferta educativa que melhor corresponda às necessidades deste tipo de alunos e a implementação das medidas universais e seletivas de inclusão, previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, não tiveram os resultados pretendidos.

2.1.3 Alterações aos Planos Curriculares Vigentes | Matriz Curricular do Grupo de 9.ºano

Pretendemos gerir uma percentagem 50% da carga horária da matriz curricular definida para o 9.º Ano de escolaridade, de acordo com as alíneas a) e b) do ponto 4, do artigo 4.º, da Portaria 181/2019.

Matriz Curricular-Base de 9.º ano do Ensino Regular	Carga Horária Semanal (Tempos de 50')		Matriz Curricular de 9.º ano de PCA	Carga Horária Semanal (Tempos de 50')	
	Minutos	Total		Minutos	Total
Português	200	650	**Português**	**200**	**600 (- 50')**
Matemática	200		**Matemática**	**200**	
Língua Estrangeira: Inglês e Língua II	250		**Língua Estrangeira: Inglês e Língua II**	**200**	
Ciências Sociais e Humanas	**225**		**Laboratório de Ciências Sociais e Humanas [1]** **(AE de História; Geografia e Cidadania e Desenvolvimento)**	**200 (- 25')**	
História					
Geografia					
Cidadania e Desenvolvimento					
Ciências Físico-naturais	**300**		**Laboratório de Ciência Viva [1]** **(AE Ciências Físico-químicas e Ciências Naturais)**	**250 (- 50')**	
Ciências Físico-químicas					
Ciências Naturais					
Educação Artística e Tecnológica	**175**		**Laboratório de Artes e Multimédia [1]** **(AE Visual, Tecnológica e Tecnologias Informação e Comunicação)**	**150 (- 25')**	
Educação Visual					
Educação Tecnológica					
Tecnologias de Informação e Comunicação					
----------			**Laboratório de Comunicação e Expressão [1]** **(AE Português; Inglês) Expressão Dramática e Educação Musical**	**150 (+150')**	
Educação Física	**150**		**Educação Física**	**150**	
Educação Moral e Religiosa (*)	(50)		**Educação Moral e Religiosa (*)**	**(50)**	
Tempos semanais a cumprir	**1500**			**1500**	

(*) – Disciplina de opção;
(1) Flexibilidade curricular, concretizada numa gestão de 50 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas.

a. Fundamentação da Alteração à Matriz Curricular:

Esta proposta de reorganização da matriz curricular incide na formação prática, na estratégia pedagógica e na definição de critérios de avaliação específicos e adequados às características da turma e da especificidade dos alunos que a constituem, potenciando a aquisição das AE, tendo em vista o PASEO.

A proposta de criação de laboratórios decorre de um ajuste nos tempos de cada uma das áreas disciplinares integrantes, mantendo-se inalterada a carga letiva total, de acordo com o previsto na alínea c) do ponto 4, do art.º 4.º, da Portaria 181/2019.

A dinâmica pedagógica é fundamental para recuperar a motivação dos alunos e promover a aprendizagem, funcionando como alavanca social e académica, promotora de sucesso no projeto de vida de cada e, ao mesmo tempo, criando condições para um ensino mais individualizado e

adequado às necessidades de cada um dos alunos, nomeadamente o desenvolvimento das áreas da comunicação e expressão.

b. Gestão da Flexibilidade | Criação de Laboratórios de Aprendizagem

A proposta de matriz curricular que se apresenta gere 50% da matriz curricular base. Esta gestão decorre da reafectação de tempos/horas fixados para as disciplinas constantes da matriz curricular-base, conforme indicado na tabela apresentada.

A estrutura curricular base é constituída por cinco disciplinas, Português, Matemática, Inglês, **Língua II e Ed. Física,** que se perspetivam duma forma essencialmente prática, ajustada aos alunos a que se destinam e transdisciplinar, tendo sempre como base as AE.

As disciplinas de Matemática, Língua II e Ed. Física, que não integram os Laboratórios, trabalharão de forma articulada, numa perspetiva de enriquecimento mútuo desenvolvida nos Domínios de Autonomia Curricular no âmbito do Projeto Curricular de Turma.

A gestão da flexibilidade permitiu criar quatro novas disciplinas / laboratórios, a saber: Laboratório de Ciências Sociais e Humanas, Laboratório de Ciência Viva, Laboratório de Artes e Multimédia e Laboratório de Comunicação e Expressão.

c. Organização Pedagógica

1. Planificação dos conteúdos programáticos, de acordo com as dificuldades detetadas e articulação entre as diferentes áreas de formação, privilegiando sempre atividades de caráter prático;
2. Recurso a estratégias e atividades que promovam a autonomia, iniciativa e corresponsabilização;
3. Aplicação de estratégias de atuação conjunta que visem o desenvolvimento de competências de socialização, cooperação e espirito de grupo;
4. Apoio individualizado aos alunos;
5. Envolvimento das famílias na escola, através de sessões de informação e/ou partilha de experiências;
6. A fim de propiciar um contexto favorável e facilitador à aprendizagem, é de extrema importância a preocupação com a equipa de trabalho a integrar este projeto, pois deve ser uma equipa motivada, colaborativa, empática e flexível. Por outro lado, sempre que necessário, devemos manter e criar parcerias externas locais, que colaborem no desenvolvimento efetivo das dinâmicas propostas;
7. Assim, e no sentido de melhor rentabilizar todo o processo, devemos desenvolver uma estratégia de colaboração e de parceria entre a equipa do projeto, as estruturas e serviços do AEP, os encarregados de educação e as estruturas externas, pois só desse modo conseguimos atingir os resultados a que nos propomos;
8. Criação de um tempo semanal para articulação e preparação das atividades no âmbito dos Laboratórios e conselhos de turma.

2.1.4 Objetivos | Finalidades

a. Objetivos

1. Melhorar a qualidade do ensino, da aprendizagem e da avaliação no quadro de uma educação inclusiva, capaz de promover a igualdade de oportunidades, através de uma maior motivação, expectativa e reconhecimento face à importância do papel da escola no processo formativo dos alunos e na construção do projeto de vida de cada um;
2. Melhorar a qualidade das aprendizagens;
3. Promover a motivação e o envolvimento dos alunos;
4. Desenvolver interações sociais positivas;
5. Reforçar o sentimento de pertença na comunidade;
6. Promover perceções de sucesso e melhorar a autoestima;
7. Permitir a concretização da escolaridade obrigatória e das AE, assim como o desenvolvimento das competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

b. Finalidades

1. Pretendemos, simultaneamente, reduzir a taxa de retenção e desistência neste nível de ensino (ciclo de estudos) que, nos anos letivos de 2018/21019 e 2019/2020, foi de 3,8%;
2. Melhorar os resultados escolares do 9.º Ano, tendo por referência os resultados obtidos pela UO no ano letivo 2019/2020 (95,8%), face à média nacional (97.7%)[13] , de acordo com as Metas constantes no Projeto Educativo 2024 (≥ 98%);
3. A meta de conclusão assumida no Projeto Educativo para o Ensino Básico, tendo como valores de referência os do ano letivo 2019/2020 foi melhorar em 3% a taxa de conclusão do 9º ano. [14]

2.1.5 Considerações Finais e Avaliação do PCA

O projeto teve início com um processo de reflexão e de auscultação que começou por envolver os diferentes intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, os Diretores de Turma, os Serviços de Psicologia e Orientação e a Direção do AEP. Seguiu-se a auscultação dos alunos, encarregados de educação e parceiros da comunidade em reunião presencial.

Neste contexto, o processo de aquisição das aprendizagens torna-se mais facilitador, tornando-se estas mais significativas quando adquiridas por processos experimentais e vivenciais, pensados de forma específica e dirigida para preparar os alunos enquanto cidadãos. Assim sendo, devem-se privilegiar práticas educativas que valorizem a diversificação de metodologias pedagógicas, que tenham em conta as caraterísticas e especificidades dos alunos, com vista ao seu envolvimento efetivo, de modo a permitir-lhes o desenvolvimento de competências sociais e pessoais. Por outro lado, é também condição possibilitar-lhes diferentes ambientes de aprendizagem, pois estes poderão ajudá-los a perspetivar o seu futuro e a envolver-se, de forma mais ativa e positiva, no seu processo de ensino- aprendizagem.

[13] mailto:https://www.aepombal.edu.pt/wp-content/uploads/2020/10/RA_RE_19_20_signed_resized.pdf
[14] mailto:https://www.aepombal.edu.pt/wp-content/uploads/2021/02/PED-CGER-0000-02_signed.pdf

O PCA, como estratégia de promoção do sucesso educativo para o ensino básico, adota, de acordo com a legislação, um caráter excecional e transitório, **pelo que terá a duração máxima de um ano letivo (2021/2022).**

A equipa pedagógica responsável pelo grupo de alunos poderá, a qualquer momento, propor, de forma fundamentada, o retorno de um ou mais alunos à sua turma de origem.

No processo de avaliação, deverão ser utilizados processos de recolha de informação diversificados e adequados às metodologias adotadas, que mobilizem interesses e conhecimentos, de modo a permitir a clarificação do valor instrumental das aprendizagens para a vida diária.

A avaliação das aprendizagens deve assumir uma natureza predominantemente formativa, com *feedback* de qualidade, levando os alunos a refletir sobre o seu desempenho e o dos seus pares.

A definição e clarificação dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de sucesso deverão ser refletidos e pensados pelo professor/conselho de turma, mas sempre com o conhecimento e o envolvimento dos alunos.

No decorrer do processo de aprendizagem e sempre que se verifique necessário, deverão ser aplicadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, com o acompanhamento da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva. Será ainda imprescindível o envolvimento dos Encarregados de Educação, em todo o processo de ensino aprendizagem.

Para monitorização e avaliação do processo, deverá realizar-se **uma reunião quinzenal, por parte da equipa pedagógica,** a fim de planificar, articular, partilhar e fazer o ponto de situação das atividades a desenvolver, ouvindo sempre o grupo de alunos. Assim, toda a ação de implementação, execução, monitorização e avaliação desta medida fica a cargo da equipa pedagógica.

2.2 Eixo 2: Criação de novas disciplinas

No cumprimento da alínea c) do ponto 4, do artigo 4.º da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, procedeu-se à criação de novas disciplinas / Laboratórios, reafetando tempos /horas fixados para as disciplinas constantes da matriz curricular - base elaborando uma "oferta educativa e formativa" que se afigura como a melhor resposta para estes alunos.

"As práticas de inovação pedagógica a que a legislação atual exorta pressupõem uma organização dos saberes que os integre em torno de questões significativas e identificadas de forma colaborativa por educadores e educandos, para além das fronteiras das disciplinas".[15]

Neste sentido, procedeu-se a uma reorganização da matriz curricular que assenta na criação de **quatro novas disciplinas**, denominadas Laboratório de Ciências Sociais e Humanas, Laboratório de

[15] Beane, 2002

Ciência Viva, Laboratório de Artes e Multimédia e Laboratório de Comunicação e Expressão. As novas disciplinas, propõem-se como uma resposta própria e intencional que não resultam do mero somatório das AE de cada uma das disciplinas que estiveram na sua génese, mas numa inovadora e integrada abordagem.

No exercício da opção prevista na alínea c) do ponto 4 e no cumprimento do ponto 3 do art. 6.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho a avaliação relativa às novas disciplinas/laboratórios será operacionalizada através de reportes de avaliação formativa (*feedback*) e reportes de avaliação sumativa com fins formativos e classificatórios, à semelhança das restantes disciplinas. Simultaneamente, serão desenvolvidos reportes formativos específicos e autónomos que avaliam a aquisição das AE de cada uma das áreas disciplinares integrantes das novas disciplinas, tendo por referência o PASEO e sem prejuízo da informação necessária, para efeitos de acesso a provas de avaliação externa e de certificação.

A lecionação das novas disciplinas em regime de codocência, concretiza-se no cumprimento do previsto no despacho de Organização do ano letivo sobre o crédito horário e do não acréscimo de pessoal docente, conforme previsto nos pontos 4 e 5 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Apresenta-se, de seguida, uma breve caracterização das novas disciplinas.

2.2.1. Laboratório de Ciências Sociais e Humanas

Disciplina que resulta do cruzamento das AE de História, Geografia e Cidadania, lecionada em codocência, numa perspetiva integradora e transdisciplinar que privilegia a aprendizagem colaborativa, sustentada no trabalho de pesquisa e de projeto.

Pressupõe-se a elaboração do documento curricular próprio das AE, para a disciplina, que contempla o conjunto de conhecimentos a adquirir das respetivas áreas disciplinares, as capacidades e atitudes a desenvolver, tendo por referência as AE definidas para cada uma das disciplinas de base e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Nesta disciplina pretende-se fomentar a reflexão e análise do meio e do mundo, a autoestima, a cooperação, a parceria, a cidadania e o respeito pelo outro, promovendo as seguintes áreas de competência, tendo em conta o PASEO: linguagens e textos; informação e comunicação; pensamento crítico e pensamento criativo; raciocínio e resolução de problemas; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia.

Funcionará em regime anual, de 200 minutos semanais, lecionado por um docente de História e um docente de Geografia, sendo os domínios de Cidadania trabalhada de forma transdisciplinar.

2.2.2. Laboratório de Ciência Viva

Disciplina que resulta do cruzamento das AE de Ciências Naturais e Físico-Químicas, lecionada em codocência. Pressupõe-se a elaboração do documento curricular próprio das AE, para a disciplina, que contempla o conjunto de conhecimentos a adquirir das respetivas áreas disciplinares, as

capacidades e atitudes a desenvolver, tendo por referência as AE definidas para cada uma das disciplinas de base e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Será desenvolvida fundamentalmente em espaço laboratorial, no intuito de tornar as aulas eminentemente experimentais, partindo do desenvolvimento de protocolos previstos no método científico. Este laboratório funcionará em estreita articulação com o Projeto de Ciência Viva, promovendo as seguintes áreas de competência, tendo em conta o PASEO: linguagens e textos; informação e comunicação; pensamento crítico e pensamento criativo; raciocínio e resolução de problemas; saber científico, técnico e tecnológico; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia; bem-estar saúde e ambiente.

Funcionará em regime anual, de 250 minutos semanais, lecionado por um docente de Ciências Naturais e um docente de Ciências Físico-químicas.

2.2.3. Laboratório de Artes e Multimédia

Disciplina que resulta do cruzamento das AE de Educação Visual, Educação Tecnológica e Tecnologias de Informação e Comunicação, lecionada em codocência, privilegiando o trabalho de projeto. Pressupõe-se a elaboração do documento curricular próprio das AE para a disciplina, que contempla o conjunto de conhecimentos a adquirir das respetivas áreas disciplinares, as capacidades e atitudes a desenvolver, tendo por referência as AE definidas para cada uma das disciplinas de base e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Pretende-se promover o trabalho prático, criativo e interdisciplinar, com vista ao desenvolvimento de competências no âmbito técnico e artístico, nomeadamente, criar e transformar projetos/trabalhos em produtos de multimédia (áudio, vídeos, fotografia e outros), promovendo as seguintes áreas de competência, tendo em conta o PASEO: linguagens e textos; informação e comunicação; pensamento crítico e pensamento criativo; Raciocínio e resolução de problemas; Saber científico, técnico e tecnológico; Relacionamento interpessoal; Desenvolvimento pessoal e autonomia; Sensibilidade estética e artística.

Este laboratório trabalhará em articulação com o Plano Nacional das Artes, participando e colaborando nas atividades integrantes da Semana das Artes.

Será lecionado por um docente de cada uma das áreas disciplinares, em regime anual, com 150 minutos semanais. A área de Educação Visual será lecionada semanalmente, enquanto as áreas de Educação Tecnológica e de Tecnologias de Informação e Comunicação, serão lecionadas quinzenalmente, de forma alternada.

2.2.4. Laboratório de Comunicação e Expressão

Disciplina que resulta do cruzamento das AE de Português e Inglês e integra as áreas de Expressão Dramática e Educação Musical, lecionada em codocência, privilegiando a comunicação, expressão e a criatividade. Pressupõe-se a elaboração do documento curricular próprio das AE para a disciplina,

que contempla o conjunto de conhecimentos a adquirir das respetivas áreas disciplinares, as capacidades e atitudes a desenvolver, tendo por referência as AE definidas para cada uma das disciplinas de base e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Pretende-se promover competências de comunicação e expressão, de autoestima, de sensibilidade, de responsabilização, de cooperação e parceria e de respeito pelo outro, indo ao encontro das competências contempladas no PASEO: linguagens e textos, informação e comunicação, pensamento crítico e pensamento criativo, raciocínio e resolução de problemas, saber científico, técnico e tecnológico, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia, sensibilidade estética e artística, consciência e domínio do corpo.

Este laboratório trabalhará em articulação com o Plano Nacional das Artes, promovendo parceria com a Autarquia e o Teatro Amador de Pombal (TAP). Funcionará em regime anual de 150 minutos semanais, sendo que as áreas de Português e Expressão Dramática serão lecionadas pelo mesmo docente, em regime anual/semanal, enquanto as áreas de Inglês e Expressão Musical, funcionarão em regime anual/quinzenal, de forma alternada.

2.3 Eixo 3: Reorganização do Calendário Escolar | Semestralidade.

A Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, no âmbito dos pontos 5 e 6, do artigo 4.º, tornou possível a reorganização do calendário escolar e a divisão do ano letivo em semestres.

A medida de alteração do calendário escolar, doravante denominada *semestralidade*[16], constitui-se numa medida organizacional e pedagógica potenciadora de um conjunto de práticas inovadoras em curso nesta unidade orgânica, na sequência do PAFC.[17]

2.3.1 Fundamentação

No exercício da autonomia e flexibilidade curricular, enquanto faculdade de gestão do currículo conferida às escolas, a reorganização do calendário escolar revela-se como uma medida eminentemente pedagógica, intrincada e articulada com os eixos 1 e 2.

Neste contexto, avançámos para o Projeto **MAIA**[18] procurando melhorar práticas pedagógicas, no domínio da avaliação, com vista a melhorar e potenciar as aprendizagens dos alunos.
A proposta de semestralidade potencia a valorização da avaliação formativa, favorece o aumento do *feedback* aos alunos e famílias, reforça os momentos de avaliação e a diversificação de processos de recolha de informação.

Neste sentido, o AEP assume a gestão do calendário escolar como ferramenta estratégica de gestão pedagógica. Pelo que, no cumprimento da sua missão e no âmbito do seu PI, propõe-se adotar a organização semestral em todos os níveis de ensino a partir do ano letivo de 2021/2022, consagrando na presente proposta as regras[19] relativas ao funcionamento das atividades

[16] Vulgarmente denominado "semestralização".
[17] Legislação / Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC)
[18] Projeto Nacional "Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica
[19] Em anexo, Calendário Escolar – Semestralidade 2021/2022

educativas e letivas, nomeadamente o início e termo das mesmas, prevendo períodos de interrupção, respeitando cabalmente o número de dias de atividade letiva e o calendário de realização das provas de aferição e dos exames nacionais do ensino básico e secundário.

Por outro lado, acreditamos que a semestralidade possibilita um maior equilíbrio e coerência temporal do ano letivo, criando mais interrupções letivas, o que diminui a pressão sobre os alunos, melhorando o clima de escola e o *ethos* organizacional.

Com a semestralização pretendemos ainda potenciar processos de inovação como o **Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE)**. Adequá-los aos contextos e desafios atuais da nossa sociedade.

Grosso modo, poder-se-ão elencar alguns dos benefícios que se nos afiguram possíveis e consequentes, à adoção da semestralidade:

a. Inovação na abordagem /formas de avaliação das aprendizagens;
b. Gestão (mais) flexível do currículo;
c. Aumento da frequência de reportes aos alunos e famílias;
d. Potenciar a operacionalização do Perfil dos Alunos;
e. Melhoria do sucesso educativo dos alunos e consequente diminuição da taxa de retenção / abandono escolar;
f. Reforço de estratégias de diferenciação pedagógica e de apoio individualizado;
g. Otimização da estrutura organizacional;
h. Agilização do trabalho das estruturas de gestão intermédia;
i. Fomento do trabalho colaborativo através de equipas educativas;
j. Introdução de novos processos na gestão e coordenação pedagógica.

2.3.2 Calendário da Semestralidade | Momentos de Reporte de Avaliação

Apresentamos uma organização semestral que contempla disciplinas anuais e disciplinas semestrais, ajustável também ao sistema modular dos cursos profissionais. Ambas pressupõem momentos de avaliação formativa (*feedback*) e momentos de avaliação sumativa com fins formativos e classificativos. Estes tipos de avaliação contemplam seis reportes aos alunos, pais e/ou encarregados de educação, sendo quatro os reportes de avaliação formativa e dois os de avaliação sumativa, com fins formativos e classificativos.

A investigação mostra-nos que a avaliação pode ser uma poderosa ferramenta ao serviço das aprendizagens dos alunos, desde que realizada de modo a monitorizar as aprendizagens de forma contínua e sistemática, proporcionando aos discentes e aos professores *feedback* fundamental para a otimização dos processos de ensino e aprendizagem.

a. Organização dos Momentos de Avaliação - Reportes

Conjugamos no quadro síntese que seguidamente se apresenta a organização, os momentos de reporte e a calendarização.

	Organização dos Momentos de Avaliação - Reportes		
1.º Semestre	**Momentos**	**Calendarização**	**Funcionamento** **Avaliação das disciplinas anuais e semestrais**
13 set. **a** **31 jan.**	**1.º Reporte** (Conselhos de Docentes/ Turma)	**27 a 29 de outubro**	Avaliação de caráter descritivo/qualitativo, com elaboração de sínteses descritivas nas várias disciplinas, recolha de Informação Intercalar e elaboração de Planos Pedagógicos Individuais – PPI. Toda a informação coligida será dada a conhecer a pais e encarregados de educação, presencialmente (se possível), lançada no E-Schooling, e na plataforma e-Community.
	2.º Reporte	**16 e 17 de dezembro**	
	3.º Reporte (Conselhos de Docentes/ Turma)	**1 a 4 de fevereiro**	**<u>Avaliação do 1.º semestre:</u>** **-Disciplina anual (avaliação semestral);** **-Disciplina semestral (avaliação final de Robótica, Ed. Tecnológica e TIC).** Avaliação de carácter descritivo/qualitativo no 1.º CEB, com a exceção do 1.º ano que é apenas descritivo. Nos restantes ciclos de ensino a avaliação é de caráter quantitativo, dada a conhecer a pais e encarregados de educação, em reunião presencial, sob convocatória, com publicação em pauta.

	Organização dos Momentos de Avaliação - Reportes		
2.º Semestre	**Momentos**	**Calendarização**	**Funcionamento** **Avaliação das disciplinas anuais e semestrais**
7 fev. **a** **9 jun.**[20] **a** **15 jun.**[21] **a** **30 jun.**[22]	**4.º Reporte** (Conselhos de Docentes/ Turma)	**12 a 14 de abril**	Avaliação de caráter descritivo/qualitativo, com elaboração de sínteses descritivas nas várias disciplinas, recolha de Informação Intercalar e elaboração de Planos Pedagógicos Individuais – PPI. Toda a informação coligida será dada a conhecer a pais e encarregados de educação, presencialmente (se possível), lançada no E-Schooling, e na plataforma e-Community.
	5.º Reporte	**16 e 17 de maio**	
	6.º Reporte (Conselhos de Docentes/ Turma)	**13 a 15 de junho** **20 a 22 de junho** **4 a 6 julho**	**<u>Avaliação do 2.º semestre:</u>** **- Disciplina anual (avaliação final);** **- Disciplina semestral (avaliação final de Robótica, Ed. Tecnológica e TIC).** Avaliação de carácter descritivo/qualitativo no 1.º CEB. Nos restantes ciclos de ensino a avaliação é de caráter quantitativo, dada a conhecer a pais e encarregados de educação, em reunião presencial, sob convocatória, com publicação em pauta.

b. Pressupostos da Avaliação: Equidade e Eficácia| Formativa - Sumativa

O referencial para o processo avaliativo tem em conta as AE, das várias disciplinas e as áreas de competência inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

A avaliação apresenta-se como um meio privilegiado para promover e melhorar as aprendizagens. Assim, considerando os *Princípios e Propósitos* estabelecidos no *Domínio da Avaliação Pedagógica*[23], pretende-se estabelecer, amiúde, sistematicidade de reporte informativo, permitindo aos alunos autorregular as suas aprendizagens.

[20] 9.º, 11.º e 12.º anos.
[21] 7.º, 8.º e 10.º anos;
[22] Pré-escolar; 1.º e 2.º Ciclos
[23] "REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO" 2020-2021" AEP
http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

A diversificação de processos de recolha de informação, a avaliação formativa e a qualidade do *feedback* que é fornecido aos alunos e encarregados de educação, balizado por critérios de ponderação claros e descritores de competências explícitos, conferem **qualidade à avaliação interna**, tornam a avaliação *mais transparente* e estamos em crer que estarão em linha com a avaliação externa, desconstruindo o argumento dos exames nacionais como constrangimento à mudança de práticas de avaliação.

A avaliação formativa tem de ser "a pedra de toque" dum processo integrante e indissociável do ensino e da aprendizagem. Um processo rigoroso, de forma a permitir recolher informação de elevada qualidade acerca do que, em cada momento, os alunos sabem e o que são capazes de fazer. Deste modo, os professores poderão dar um *feedback* que ajude os alunos a ultrapassar as suas eventuais dificuldades. Isto significa que uma tarefa que se propõe numa sala de aula deverá permitir que o aluno aprenda, o professor ensine e que ambos avaliem o trabalho realizado. O que naturalmente exige uma aposta na diversificação dos processos de recolha de informação e o seu reporte.

Instituir vários momentos de avaliação, com base na diversificação dos processos de recolha de informação (Elaboração de sínteses descritivas; Resolução de problemas; Recolha de informação e realização de experiências; Testes; Listas de verificação; Observações; Rubricas de avaliação e de classificação; Apresentações orais; Inquéritos por questionários e entrevista, entre outros), torna o juízo avaliativo final mais credível, consistente e rigoroso. «*As tarefas propostas aos alunos deverão: a) servir para aprender; b) servir para ensinar; e c) servir para avaliar*».[24]

A intensificação dos momentos de avaliação favorece ainda o trabalho colaborativo e a reflexão dos docentes ao nível dos departamentos, das áreas disciplinares e conselhos de turma.

2.4 Processos de Envolvimento | Participação na Discussão e Tomada de Decisão

Na *assunção de uma cultura de responsabilidade partilhada mobilizando todos os agentes educativos*[25], o envolvimento dos diferentes atores sociais da comunidade educativa, revelou-se fundamental no processo de reflexão e análise crítica da conceção e das finalidades do PI, bem como na logística que a sua operacionalização exige, conforme alínea e) ponto 2, artigo 5.º, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho.

Neste sentido, a elaboração do PI teve em conta as considerações do corpo docente, resultantes do debate e da auscultação realizada, quer no ano letivo transato, quer no presente ano letivo, seja de forma direta ou através dos seus representantes.

Importa ainda referir que foram integrados todos os contributos resultantes dos contactos estabelecidos com a Associação de Estudantes, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e Autarquia, bem como os decorrentes da reunião presencial de 10 de março, marcada para o efeito, considerando-se o PI uma mais valia e assumindo-se como *stakeholders* neste processo.

[24] Fernandes, D.. Avaliação Formativa, P r o j e t o M A I A
[25] (ponto 3 b, artigo 3º, Portaria n.º 181/2019 de 11 de junho),

Conscientes de que a reorganização do calendário escolar introduz alguma perturbação na habitual organização da vida dos alunos e suas famílias, tivemos a preocupação de avaliar com os parceiros o impacto da mesma, onde a semestralidade foi apresentada como uma das medidas que pretendemos implementar e que, conjugada com outras, nos permite melhorar a qualidade pedagógica do AEP.

Esta medida foi amplamente debatida assim como as naturais implicações ao nível dos transportes. Analisados que foram os dias sem cobertura de transporte e atendendo a que no Concelho de Pombal não existe qualquer agrupamento com organização semestral, a Sra. Vereadora informou que, no atual contexto, não observava que existissem dificuldades para o Município acomodar esta nova organização, que considerava mais equilibrada e flexível, em termos pedagógicos. A reorganização do calendário escolar foi considerada por todos como inovadora e vantajosa sob vários pontos de vista.

3. SUSTENTABILIDADE SOCIAL: DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA-DIDÁTICA|PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO.

> Nesta incerteza quanto ao futuro, onde se vislumbra uma miríade de novas oportunidades para o desenvolvimento humano, é necessário desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos. (…). Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Esta intencionalidade decorre do referencial de ação que envolve o conjunto de práticas, projetos (DAC's), de medidas de apoio e de suporte, que constitui o *Esteio ou Quadro Concetual de toda a comunidade aprendente,* no qual os eixos deste PI hão de rodar, catapultando a nossa ação para o futuro *"Lançar para diante",* como se refere no *Projeto Educativo, "Qualquer projeto (de pro-jectare, "lançar para diante") implica uma construção temporal estabilizadora e impõe um vínculo com o futuro. O nosso, porque educativo, visa, precisamente, erguer futuros, fomentando a pluralidade de ideias, promovendo o sentimento de segurança necessário à aprendizagem, suscitando o reconhecimento de valores e capacidades, procurando a inclusão, de modo a evitar atos discriminatórios ou marginalizações."*

3.1. Domínio de Práticas Pedagógico-didáticas | Metodologias de Ensino-Aprendizagem

Convicções assumidas pela UO:

a. Intensificação e generalização do recurso a estratégias e práticas de ensino-aprendizagem mais centradas no aluno e na aprendizagem;

b. Necessidade de comprometer o aluno com a sua aprendizagem, potenciando o aprofundamento e a discussão dos conteúdos.
   Nesta linha, implementámos:

   1. **"Oficinas Descobrir para @prender"** no 1.º ciclo, de base prática e ou experimental, capazes de promover a curiosidade, a descoberta. Incide nas vertentes linguísticas, cientifico-tecnológica e artística. Contempla o envolvimento dos professores da equipa educativa da escola e de outros técnicos afetos ao projeto (mediadores municipais, bibliotecários e outros);

2. Metodologias ativas ao nível das "**Oficinas Erguer Futuros"**, reforçando do trabalho experimental, através de laboratórios de aprendizagem, implementação e reforço da metodologia de trabalho de projeto (Multi e Interdisciplinar – DAC);
3. **Oficinas de Raciocínio e Cálculo (**Matemática) e **Oficina de Leitura e Escrita** (5.º, 6.º anos);
4. **Oficinas de estudo** - Português e Matemática (7.º e 8.º anos);
5. **Apoio a Exame** - Português e Matemática (9.º ano) e disciplinas com prova/exame nacional (11.º e 12.º anos);
6. **Oficina de estudo** – Português (10.º e 11.º anos); Físico-Química A (10.º ano); Matemática A (10.º e 11.º anos) e Geometria Descritiva (10.º ano);
7. **Modalidades de apoio transversais aos 2.º e 3.º ciclos e secundário**: são modalidades de apoio transversal (de âmbito pedagógico ou socio emocional ou, ainda, apoio a Português Língua Não Materna), fora do contexto de sala de aula, que se desenvolvem nos seguintes espaços: Centro de desenvolvimento de competências e de Apoio à Aprendizagem (CDCAA) - Atividades de apoio em Sala de Estudo e em biblioteca;
8. A articulação entre ciclos, através do *ProjetARTE*, no âmbito do projeto cultural de escolas - Plano Nacional de Artes.

Comprometemo-nos a:

1. Fomentar o uso das TIC para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de competências em vários domínios;
2. Diversificar o tipo de atividades pedagógicas e de metodologias em sala de aula;
3. Fomentar aprendizagem baseada na resolução de problemas (PBL);
4. Apostar na autonomia dos alunos para organização de tertúlias.

c. **No Reforço de estratégias de diferenciação pedagógica e de apoio individualizado**, pretendemos potenciar a *Diferenciação Pedagógica* com estratégias / tarefas diferenciadas (no contexto turma) – incrementar, face a necessidades, percursos de aprendizagem diferenciados com base em grupos multinível, perfis e núcleos de aprendizagem, diversificando formas de organização do trabalho;

Na promoção da equidade e inclusão de todas as crianças e de todos os alunos, os serviços técnico-pedagógicos do AEP integram a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF);

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva - desenvolve um conjunto de ações de apoio à operacionalização da educação inclusiva. O CAA é uma estrutura de apoio pedagógico, psicopedagógico, terapêutico e sociocultural, que visa a promoção, quer de espaços especializados de avaliação, acompanhamento, desenvolvimento e crescimento, quer das competências convergentes ao PASEO;

Serviços de Psicologia e Orientação - unidade especializada de Apoio Educativo, constituída por três psicólogas, duas em regime de meio horário, desenvolvem a sua atividade em três domínios: orientação vocacional, apoio psicológico e psicopedagógico a

alunos e professores, apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade. Apoio ao **Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) –** Projeto de mediação escolar/social do Instituto de Apoio à Criança que funciona no AEP com o objetivo de ajudar os alunos na procura da resolução dos seus problemas quotidianos e estabelecer estratégias de intervenção e de combate à exclusão social.

d. **Reforço do trabalho colaborativo entre docentes,** na modalidade de codocência, Tutoria interpares, trabalho de grupo e de práticas de coadjuvação.

3.2. Domínio de Avaliação Pedagógica, para e das Aprendizagens

Convicção da UO: Mudar Conceções e Práticas Avaliativas

A avaliação é enquadrada pelo Projeto Educativo de Escola, pelo *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, pelas *AE* e pelo Projeto Nacional "Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA)".

Neste sentido, foi elaborado o *Referencial de avaliação do AEP*, com vista a nortear a avaliação sob o paradigma da mudança, com base no reforço da avaliação formativa e que tem por base o feedback e os seus três momentos.

Através do *Projeto MAIA*, delineou-se um conjunto de práticas de avaliação (ainda em fase de intensificação) que assentam num forte reforço de uma conceção de avaliação mais vocacionada para o acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem, valorizando um conjunto variado de competências, o que implica a clarificação dos referenciais e dos critérios de avaliação, bem como a diversificação de processos de recolha de informação.

Preconizam-se práticas que têm como objetivo agir atempadamente para minimizar dificuldades nos processos de aprendizagem; reorientar a atuação do professor e o planeamento da atividade futura. Insere-se, neste âmbito, a proposta de semestralidade constante do PI, no qual são definidos os reportes e sua sistematicidade.

Reportam-se alguns dos domínios que exigem ainda um trabalho mais proficiente:

a. Clarificação do foco e dos critérios de avaliação;
b. Reforço da avaliação formativa e *feedback*;
c. Reporte aos alunos e pais / encarregados de educação;
d. Participação dos alunos no processo avaliativo;
e. Diversificação de processos de recolha de informação;
f. Recurso a plataformas digitais para as práticas de corresponsabilização de alunos / encarregados de educação;
g. Diversificação de processos de recolha de informação e variedade de técnicas de avaliação, incrementadas pelo E@D.

3.3. Domínio Organizacional

Convicção da UO: Catalisar a Mudança, Operar a Inovação, Apostar na Qualidade.

Balizadas pelo Projeto de Intervenção do Diretor, e numa alusão sumária, são práticas sustentadoras da mudança com impacto em todos os domínios, algumas já consolidadas e outras em curso:

a. **Responsabilização de Estruturas de gestão e coordenação pedagógica**: Criação de equipas pedagógicas, grupos de trabalho, coordenadores de ano curricular, coordenadores pedagógicos de ciclo de estudos (integram CP), Criação da figura de professor mentor;
b. **Organização de Equipas pedagógicas e reforço do trabalho colaborativo –** articulação curricular, observação naturalista de aulas;
c. **Reorganização de espaços de aprendizagem com vista a potenciação do sucesso educativo:** Melhoria da reorganização dos tempos / espaços (Criação de espaços "MakerSpace") redistribuição dos tempos – ainda que com um trabalho neste nível algo consolidado;
d. **Envolvimento dos diversos atores da comunidade educativa –** Assembleias de Turma, reuniões periódicas com delegados e subdelegados, momentos festivos de reconhecimento do mérito e excelência dos alunos;
e. **Implementação do projeto "Aprender sem fronteiras"-** assunção de um compromisso educativo de interculturalidade (cuja visão macro será cidadania global), face ao crescente número de alunos provenientes de outras culturas e etnias no seio da comunidade educativa. Assume-se como projeto de integração socioemocional e inclusão intercultural, centrado no aluno enquanto pessoa, cujo enfoque sustente transversalmente o PI.
   Inspirado no programa e aprendizagem «Modelo SEL[26]» - pretende intervir ao nível da **cultura organizacional**, ao nível do **currículo** (gestão curricular e práticas pedagógicas e recursos congruentes com a diversidade) e ao nível da **comunidade** (participação da família na escola);
f. **Plano de Promoção da Educação Para a Saúde (PES) –** A promoção da educação para a saúde na escola tem, também, como missão, criar ambientes facilitadores de "escolhas" e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa."[27]
   Encontra-se **estrategicamente segmentado em**:
   1. Plano "'Escola Sem *Bullying* | Escola Sem Violência";
   2. Plano de Promoção da Atividade Física (AF);
   3. Plano de Prevenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD);
g. **Redes de Aprendizagem | Projetos municipais e intermunicipais transversais a todos os ciclos de ensino**
   1. **Programa de mediação intercultural**, destinado a alunos da comunidade cigana, está em execução desde 2017 e traduz-se em estratégias de intervenção partilhadas entre o AEP, o Município e a ADILPOM, Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Pombal (Projeto 3I´s).
   2. **Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE),** que abrange o 1.º CEB (desde 2014/2015) o 2.º CEB (desde 2018/2019) e o pré-escolar (desde 2019/2020) – protocolos celebrados entre o agrupamento, o município e a Associação EPIS - Associação de Empresários pela Inclusão Social.

[26] SEL – Social and Emotional Learning
[27] *Referencial de Educação Para a Saúde*

3. **Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE),** que contempla uma abordagem sistémica, com intervenção multidisciplinar, de proximidade, dirigida e universal junto de crianças e alunos do pré-escolar e do 1º CEB e das suas famílias, bem como atividades intermunicipais de capacitação dos diversos intervenientes no processo educativo, nas áreas das competências socioemocionais, ciência e tecnologia, empreendedorismo, património e educação para a saúde - acordo de parceria celebrado entre o agrupamento, o município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.
4. **Plano intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar - Crescer 2020**. Este programa de ação contempla atividades de carácter intermunicipal.
5. **Projetos e Clubes -** Projetos/programas: Young Volunt Team; Secção Europeia de Língua Francesa; Engenheiras por um dia; A Ler+ 2027; Movimento 14-20 a Ler; +Contigo; ARTHEMIS mais UMAR (Estudo Nacional de Violência no Namoro); Cuida-te; *Fit*Escola; Socorrer Vida; Projeto Cultural de Escola; Plano Nacional Bullying e Ciberbullying, Escolas sem Violência; Eco Escolas; Direitos Humanos; Ciência Viva; Música; Matemática; Montanhismo; Europeu; Parlamento dos Jovens; Robótica; Programa Escola Azul; Desporto Escolar (Futsal; Atletismo; Basquetebol; Escalada; Natação adaptada; Boccia);

h. **Parcerias**
   1. Comunidades intermunicipais - recursos a infraestruturas municipais (bibliotecas, piscina, auditório);
   2. Escola parceira em projetos KA229 (Erasmus +) entre outras. Participação de parceiros da comunidade educativa e local nas equipas educativas (associações recreativas e culturais, clubes, entre outras) Utilização das parcerias existentes para colmatar necessidades da escola. Contributos da Autarquia na requalificação dos espaços interiores e exteriores das escolas.

i. **Estabelecimento de novas parcerias -** entidades externas que trabalham em parceria, entre as quais se destaca a Autarquia, o Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC), a CERCIPOM/CRI, o Instituto de Apoio à Criança (IAC), o Hospital Distrital de Leiria/Pombal e o Centro de Saúde;

j. **Recursos informáticos disponíveis para alunos e professores -** Plataformas, Página WEB do AEP, Office 365, disponíveis para todos os alunos e professores, com acesso a ferramentas que permitem trabalho colaborativo e contas de e-mail.
   1. Moodle: disponível para todos os alunos e professores do AEP;
   2. Está a ser criado um espaço para o desenvolvimento e a aplicação de práticas pedagógicas com recurso às novas tecnologias (Produção gráfica e multidimensional, programação e robótica, trabalho cooperativo e interactivo, investigação e trabalho autónomo, energias renováveis);

k. **Projeto Cultural de Escola (PCE)** enquadrado no Plano Nacional das Artes (PNA) tem como objetivo primordial coadunar o processo de ensino e aprendizagem com as práticas artísticas, integrando-as no contexto educativo, permitindo o acesso à Cultura a um maior número possível de alunos do AEP. Deve ser visto numa perspetiva transdisciplinar, globalizante e integrante, envolvendo um maior número possível de áreas curriculares. Pretende-se ainda criar uma identidade cultural de escola, mais colaborativa, inclusiva e criativa. Ações previstas para o ano de 2020-2021:
   1. Mapeamento Cultural do AEP;
   2. Participação dos alunos em projetos artísticos nacionais e internacionais;

3. Implementação da semana das Artes; Intervenção do artista residente no AEP;
4. Formação para docentes do AEP.

4. PLANO DE FORMAÇÃO[28]

O AEP assume como Missão prestar um serviço público de educação e formação de qualidade, ministrando cursos que dotem os seus alunos, jovens ou adultos, de uma sólida formação de base, de competências e saberes orientados para a resolução dos desafios do Século XXI, que permitam o prosseguimento de estudos e/ou a inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido e com vista à concretização desta Missão, o CENFORMAZ - Centro de Formação dos Agrupamentos de Escolas do Mar ao Zêzere - assume-se de capital importância e traduz-se numa parceria eficaz ao nível da organização e desenvolvimento das ações de formação para Pessoal Docente e Não Docente, procurando dar uma resposta adequada às necessidades de formação identificadas no AEP, nomeadamente nas áreas de melhoria identificadas pelo Setor de Avaliação Interna e pelas conclusões do relatório de avaliação externa realizada no ano letivo 19/20, bem como das estratégias e orientações patentes no Projeto de Intervenção do Diretor e no Projeto Educativo.

No ano letivo 19/20, o AEP iniciou a implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA) e no presente ano letivo os seus princípios e práticas já se encontram em curso, de forma transversal, em todos os ciclos de ensino.

Atualmente o AEP integra o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE) que tem por base o quadro conceptual dos documentos orientadores desenvolvidos pela Comissão Europeia, nomeadamente o DigCompEdu e o DigCompOrg. As áreas de intervenção do PADDE incidirão nos diferentes domínios da organização escolar no âmbito das tecnologias digitais: Envolvimento Profissional, Ensino e Aprendizagem, Avaliação das Aprendizagens, Desenvolvimento Profissional Contínuo e Liderança.

Enquadrado no Plano Nacional das Artes (PNA), o Projeto Cultural de Escola (PCE) tem como objetivo primordial coadunar o processo de ensino e aprendizagem com as práticas artísticas integrando-as no contexto educativo, permitindo um aceso à Cultura a um maior número possível de alunos do AEP. Deve ser visto numa perspetiva transdisciplinar, globalizante e integrante envolvendo um maior número possível de áreas curriculares. Pretende-se ainda criar uma identidade cultural de escola, mais colaborativa, inclusiva e criativa.

O PNA faculta um conjunto de Ações de Formação concebidas por artistas e especialistas que pretendem capacitar professores, educadores, criadores e mediadores culturais para mobilizarem as artes e o património nos programas das diferentes áreas científicas curriculares, ajudando a desenvolver a sensibilidade estética, o reconhecimento das manifestações culturais e o pensamento crítico e criativo.

[28] AEP, *Plano de Formação Biénio* 2020-2022.

Ao nível da formação o AEP tem trabalhado de forma próxima, com a *Another Step*, empresa de referência na área do apoio à qualidade na Educação, implementando entre outras as seguintes formações: "*Autonomia para quê? Contributo das lideranças das escolas para melhoria*"; *"TIC na sala de aula... 2019/2020"; Webinar " Avaliar para as aprendizagens - MAIA".*

Paralelemente, a Direção do AEP tem incentivado os seus recursos humanos a potenciar as suas diversas valências, junto dos seus pares, através da dinamização de ações de formação de curta duração e da observação naturalista das aulas que tem como objetivo aprofundar a implementação da supervisão da prática letiva, tornando mais abrangente a observação interpares, em contexto de sala de atividades/aula, como forma de desenvolvimento profissional e divulgação das boas práticas e que têm como objetivo melhorar as taxas de retenção, de acordo com o previsto na medida número nove do Plano de Ação Estratégica.

A biblioteca escolar (BE) constitui-se também como um importante polo de formação para toda a comunidade educativa.

São, assim, áreas prioritárias de formação:[29]

a. Desenvolvimento de competências para ensinar online;
b. A sala de aula digital, metodologias inovadoras;
c. Tecnologias e Aprendizagem de Programação para o Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico;
d. Metodologias de trabalho de campo e experimental;
e. Metodologias de projeto;
f. Dinâmicas de trabalho colaborativo;
g. Estratégias de gestão na sala de aula;
h. Práticas/projetos artísticos em sala de aula;
i. Avaliação pedagógica;
j. Cenários de aprendizagem e educação inclusiva;
k. Desenvolvimento de competências interculturais;
l. Psicologia para o otimismo, coaching e teorias motivacionais;
m. Supervisão pedagógica.

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO (PI)

5.1. Metas Gerais

a. Garantir a equidade e o sucesso escolar;
b. Manter o elevado grau de satisfação da comunidade em relação à qualidade do serviço educativo prestado pelo AEP;
c. Atingir as metas estabelecidas no Projeto Educativo;
d. Erradicar o absentismo e o abandono escolar no 3.º Ciclo;
e. Melhorar as aprendizagens dos alunos.

[29] Plano de intervenção do Diretor 2020/2024.

5.2. Monitorização

O processo de monitorização será realizado de forma sistemática, pela equipa de avaliação interna do AEP, com vista a análise da consecução e da eficácia das medidas propostas. Para tal, serão envolvidos os conselhos de turma, a direção, os alunos, os EE e a equipa de avaliação interna do AEP.

Ficam sujeitas a monitorização regular as seguintes ações:

a. Elaboração dos documentos orientadores/AE;
b. Elaboração das Planificação das novas Disciplinas da Matriz Curricular;
c. Definição dos critérios específicos de avaliação por disciplina com base no referencial de avaliação do AEP (Projeto Maia);
d. O processo de avaliação das aprendizagens;
e. Avaliação do funcionamento semestral;
f. Impacto das medidas do Plano Cultural de Escola no âmbito do Plano Nacional das Artes;
g. Avaliação do grau de cumprimento dos objetivos e impacto global na unidade orgânica.

O processo de monitorização será desenvolvido através da análise de documentos (relatórios, atas, sínteses, análises estatísticas) e da aplicação de questionários de satisfação aos pais, aos alunos, ao PD e PND, e aos parceiros (Associação de Pais e Autarquia), tendo em consideração os seguintes indicadores:

a. Resultados da avaliação interna dos alunos do PCA de 9.º ano;
b. Melhorar em 3% a taxa de conclusão no 9.ºano;
c. Erradicar a taxa de absentismo do 9.º Ano;
d. Melhorar a assiduidade dos alunos;
e. Erradicar o abandono escolar;
f. Reduzir a discrepância interna nos resultados dos RIPA e REPA;
g. Melhorar os resultados escolares por ano de escolaridade.

5.3. Avaliação

A avaliação do PI ficará a cargo da equipa de avaliação interna do AEP com recurso à metodologia CAF Educação[30].

Serão utilizados questionários, entrevistas (envolvendo docentes, alunos, encarregados de educação, pessoal não docente e parceiros) bem como análise documental.
Será construído um plano de monitorização do PI, relativamente aos recursos, à execução, à avaliação e ao impacto.

Decorrerá uma avaliação intermédia deste PI no final do primeiro semestre e outra no final do ano letivo 2021/2022.

[30] Modelo CAF-Edu – Common Assessment Framework, para a Educação

6. Considerações Finais

O AEP tem como meta o desenvolvimento de um Plano de Inovação, sustentado, dinâmico e flexível, capaz de provocar a mudança ao nível das práticas pedagógicas e de avaliação, no combate ao insucesso escolar, na promoção da qualidade das aprendizagens e do sucesso educativo de todos os alunos. Pelo que não se circunscreve a uma ação pontual. Projeta-se uma ação estratégica que visa liderar a mudança através de um processo de reflexão-ação que a consolide, avalie e monitorize, empoderando os diferentes atores educativos neste processo, com vista à implementação gradativa da Gestão Flexível do Currículo a outros ciclos.

Partimos de um diagnóstico sustentado em fontes credíveis que nos dão conta da necessidade de melhorar em 3% a taxa de conclusão no 9.ºano. Assim, tendo em conta a alínea a) do artigo 7.º da portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, identificámos um conjunto de alunos do mesmo ano de escolaridade para os quais a matriz curricular-base não constitui a resposta adequada à especificidade do grupo, ainda que tenham sido mobilizadas medidas universais e seletivas ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 54 e n.º 55, de 6 julho de 2018.

Em resposta a esta necessidade propomo-nos criar uma turma de PCA, de carácter temporário, através da elaboração de uma matriz com desenho curricular próprio, criando quatro novas disciplinas, que se afiguram como a melhor resposta com vista a potenciar as competências destes alunos à luz do PASEO. Denominamos estas novas disciplinas, laboratórios, por forma a enfatizar a formação prática, o trabalho de projeto e o trabalho experimental. Reiteramos que estes laboratórios não são um mero somatório das AE das disciplinas que os integram. São uma resposta própria e intencional, dirigida ao conjunto de alunos identificados, explicitada em documentos orientadores nos quais se definem e alinham as AE.

Esta proposta associada a práticas pedagógicas ativas, diferenciadas e inclusivas, será certamente determinante no alcance da equidade pedagógica e social.

Por outro lado, o diagnóstico apresentado põe a nu a distância entre os alunos, ou seja, mostra que os alunos do 2.º e 3.º ciclos, formam grupos heterogéneos em termos de resultados internos. (fonte: Infoescolas). Facto que nos coloca o desafio da necessidade de uma intervenção no desenho da matriz curricular base para os 2.º e 3.º ciclos que nos comprometemos a apresentar no próximo ano letivo, com uma nova proposta de PI, que responda às potencialidades e às fragilidades detetadas nos 2.º e 3.º ciclos, enquanto resposta educativa e formativa, que permita uma transição de ciclos eficiente, inclusiva e pedagogicamente eficaz.

Apesar do período de vigência ser de um ano letivo, este PI não é uma proposta isolada e circunscrita para o próximo ano letivo, uma vez que nos propomos em 2022/2023 alargar esta medida para outros níveis de escolaridade, nomeadamente o 7.º ano e gradualmente ir abrangendo outros níveis.

Aliás, este foi o desígnio inicial norteador do PI que ficou comprometido pelo tempo pandémico que vivemos nestes últimos dois anos letivos, não proporcionando as condições para um debate crítico alargado e abrangente dos diversos atores sociais implicados, que o mesmo requer.

Decidimos, mesmo assim, prosseguir com uma proposta curricular integrada e aberta, que valorize "(...) percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso e concretização das suas potencialidades máximas".

A proposta de reorganização do ano escolar em dois semestres surge nesta sequência e no sentido de entroncar nas disciplinas semestrais já existentes no AEP (Educação Tecnológica e Tecnologias de Informação e Comunicação), indo ao encontro da avaliação pedagógica e tendo como referência o disposto no Decreto-Lei nº 55 /2018, de 6 julho, que aposta fortemente numa avaliação formativa, cujo núcleo assenta nas diferentes modalidades de feedback.

A proposta de semestralização que apresentamos propõe seis reportes, não sendo apenas uma estratégia organizacional, mas fundamentalmente uma estratégia com alcance pedagógico, que aposta fortemente nos conceitos transmitidos no projeto MAIA.

Sustentamos esta proposta ainda na *avaliação das aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo enquanto instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens*, bem como numa intervenção atempada e rigorosa, no sentido de superar dificuldades nos diferentes domínios curriculares.

Deste modo, o nosso PI, aparentemente redutor e simples, não se dirige apenas ao conjunto de alunos identificados para integrar a turma de PCA. Ele constitui-se como um "balão de ensaio" ao funcionamento dos laboratórios e da semestralização para que, de forma gradual e ponderada, se possa constituir um Plano abrangente e estruturante nos próximos anos letivos. Por outro lado a semestralização ao mexer na avaliação pedagógica pretende abranger, desde já, todos os alunos.

Estamos certos que este é o caminho que queremos trilhar, com pequenos e firmes passos, que sabemos serem na direção correta e na cadência adequada à realidade e dimensão do nosso Agrupamento!

Como refere Oliveira Martins no prefácio ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, glosando o célebre relatório Delors (1999) promovido pela UNESCO,

> O que distingue o desenvolvimento do atraso é a aprendizagem. O aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros e o aprender a ser constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações.
> Isto mesmo obriga a colocar a educação durante toda a vida no coração da sociedade – pela compreensão das múltiplas tensões que condicionam a evolução humana.
> O global e o local, o universal e o singular, a tradição e a modernidade, o curto e o longo prazos, a concorrência e a igual consideração e respeito por todos, a rotina e o progresso, as ideias e a realidade – tudo nos obriga à recusa de receitas ou da rigidez e a um apelo a pensar e a criar um destino comum humanamente emancipador.

III. PARECER FINAL E APROVAÇÃO

Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 16 de março de 2021

Apreciado na reunião do Conselho Geral realizada no dia 25 de março de 2021.

O Presidente do Conselho Geral

Assinado por : **ARLINDO MARTINS ARAÚJO**
Num. de Identificação: BI073778540
Data: 2021.04.26 11:53:58+01'00'

(Dr. Arlindo Martins Araújo)

OUTRA ESCOLA É POSSÍVEL

Mas… é precisa uma outra escola?
Porque queremos uma outra escola?
Porque o nosso icebergue está a derreter
(Kotter & Rathgeber, 2012)

Anexo

CALENDÁRIO DO ANO LETIVO 2021/2022 – ORGANIZAÇÃO SEMESTRAL

		S	D	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S	D	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S	D	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S	D	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S	D	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S	D
2021	Setembro					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
	Outubro							1	2	3	4	F	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
	Novembro			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	F	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30					
	Dezembro					F	2	3	4	5	6	7	F	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	N	26	27	28	29	30	31		
2022	Janeiro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						
	Fevereiro				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28						
	Março				E	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
	Abril							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	F	16	P	18	19	20	21	22	23	24	F	26	27	28	29	30	
	Maio		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
	Junho					1	2	3	4	5	6	7	8	9	F	11	12	13	14	15	F	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
	Julho							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31

1.º Semestre	13 a 16 de setembro a 31 de janeiro
2.º Semestre	7 de fevereiro a 9 de junho (9.º, 11.º e 12.º anos) 15 de junho (7.º, 8.º e 10.º anos) 30 de junho (Pré-escolar; 1.º e 2.º Ciclos)
Avaliação 1.º Semestre	1 a 4 de fevereiro
Avaliação 2.º Semestre	13 a 15 de junho / 20 a 22 de junho/ 4 a 6 julho
Reportes:	1.º Reporte - 27 a 29 de outubro (Conselhos de Turma) 2.º Reporte - 16 e 17 de dezembro 3.º Reporte - 12 a 14 de abril (Conselhos de Turma) 4.º Reporte - 16 e 17 de maio
Interrupções:	Natal: 23 a 31 de dezembro Carnaval: 28 de fevereiro Páscoa: 18 a 22 de abril

			Total/Ciclo /Ano		
Mês	Dias Úteis	Semestre	Pré-Esc., 1.º e 2.º Ciclo	7.º, 8.º e 10.º anos	9.º., 11.º e 12.º anos
Set	14	87	177	167	164
Out	17				
Nov	21				
Dez	14				
Jan	21				
Fev	15	90			
Mar	22				
Abr	11				
Mai	22				
Jun	7; 10;20				

Obs.: A presente calendarização poderá ser ajustada, após publicação do Despacho de Organização do Ano Letivo 2021/2022.